



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

INDYARA LIMA OLIVEIRA

**AÇÕES DO CONSELHO RIBEIRINHO NA ÁREA ATINGIDA PELA
HIDRELÉTRICA BELO MONTE (2016-2019): DO RECONHECIMENTO
SOCIAL A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS**

**ALTAMIRA – PA
2024**

INDYARA LIMA OLIVEIRA

**AÇÕES DO CONSELHO RIBEIRINHO NA ÁREA ATINGIDA PELA
HIDRELÉTRICA BELO MONTE (2016-2019): DO RECONHECIMENTO
SOCIAL A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS**

Artigo apresentado à Faculdade de Geografia
como requisito para aquisição de título de
Licenciado em Geografia pela Universidade
Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. José
Antônio Magalhães Marinho

ALTAMIRA – PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732a Lima Oliveira, Indyara.
AÇÕES DO CONSELHO RIBEIRINHO NA
ÁREA ATINGIDA PELA HIDRELÉTRICA BELO
MONTE
(2016-2019): DO RECONHECIMENTO SOCIAL A
PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE TERRITÓRIOS RIBEIRINHOS.
/ Indyara
Lima Oliveira. — 2024.
25 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Antônio Magalhães Marinho
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal
do
Pará, Campus Universitário de Altamira, Faculdade de Geografia
, Altamira, 2024.

1. Conselho Ribeirinho. 2. Território Ribeirinho.
3. Hidrelétrica Belo Monte. I. Título.

CDD 910.1333

Dedico este TCC aos meus PAIS: Maria Rosana Sousa de Lima e José Augusto de Oliveira (IN MEMORIAN) e aos meus FILHOS: Indynara Nicolly Lima Sousa e Gael Oliveira de Freitas, com todo amor e gratidão, que foram e são minha fortaleza para concluir esse sonho.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer à Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante todos os meus anos de estudos.

Agradecer aos meus filhos Nicolly e Gael que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência, tudo foi por vocês, quantas noites cheguei em casa cansada e ao chorar pensando em desistir, olhava para vocês e encontrava forças para seguir em frente, para virar a madrugada estudando, e ao amanhecer fazer tudo de novo. Aos meus filhos do coração Enzo, Erick e em especial a Ellen que foi meus braços, pernas e cabeça dentro de casa, nos afazeres e no apoio ao cuidar dos irmãos na nossa ausência, minha e do pai dela.

Sou grata ao meu esposo Josivan que nunca me recusou amor, apoio e incentivo. Obrigado, por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse. Sem você ao meu lado com certeza teria sido tudo bem mais difícil, obrigada por ter segurado a minha mão e todos os dias, mesmo quando estava longe, buscar formas de me mandar uma mensagem falando da minha força e do seu orgulho, e em todas elas provar seu amor e dizer que íamos conseguir juntos. Conseguimos amor!

À minha tia Adriana, por todo apoio, por estar comigo nos piores momentos durante a minha graduação, principalmente na pandemia em que fiquei mal, por ter sido minha mãe desde que a minha se foi, essa conquista é nossa, obrigada também pelas alegrias compartilhadas, assim estendo os agradecimentos a toda minha família Lima, a família do meu esposo e a minha família de coração Viana, por terem acreditado em mim, e direta ou indiretamente ajudado nesse caminho.

A todos meus amigos de curso nessa trajetória, em especial ao Adriel por ter sido meu primeiro apoio em 2017 e se tornou amigo para vida toda, ao meu grupo de estudos (Apenas 20 min), que me acolheu, me impulsionou, me ajudou, e foram os responsáveis nos últimos 2 anos por não me deixar cair, por acreditar em mim, cada um com seu jeitinho, conquistou um espaço no meu coração e como eles dizem, isso é difícil. Raielle,

Cilenira, Alesson e Edilton, obrigada por tudo, meu rendimento foi muito melhor depois que vocês me abraçaram, e aqui a amizade é da Geografia para vida, amo vocês.

Gostaria de agradecer também ao Jerssiel, que além de patrão, é um amigo e um pai, por toda compreensão e paciência quando precisei me ausentar da empresa, para idas a campo e disciplinas no período de expediente, aos meus amigos Haroldo, Raphael, Sandy, Mayara e Evandro, por todo apoio e incentivo, e aos meus amigos de fora, todos foram essenciais na minha formação.

Ao meu orientador Profº Drº José Antônio Magalhães Marinho, por ter pegado firme e ter me aceitado como sua orientanda. A Geografia Agrária tem uma parcela na minha vida pessoal e desde o começo queria seguir nessa linha para o trabalho. Não deu para fazer o tema que eu queria originalmente, mas o sugerido ganhou meu coração. Agradecer também a todos os meus professores de curso que contribuíram para o meu conhecimento durante a graduação, aos coordenadores e a professora do projeto PIBID pela oportunidade de poder participar, compartilhar e aprender muito em sala de aula.

E, por fim, agradecer a mim mesmo por ter sido forte, por ter aguentado firme e me superado a cada obstáculo imposto, por não ter desistido e por ter chegado até aqui.



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Ações do Conselho Ribeirinho na área atingida pela hidrelétrica Belo Monte (2016-2019): do reconhecimento social a proposta de criação de territórios ribeirinhos¹

Indyara Lima Oliveira 1¹

¹ Graduanda em Geografia integrante do LabCAMPI. Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará (PA), Altamira, PA, Brasil.

RESUMO

A construção de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, traz impactos tanto para a população local quanto para os ecossistemas afetados. A implantação dessa hidrelétrica provocou alterações profundas em cidades como Altamira, onde vários bairros foram classificados como áreas de risco e seus moradores foram removidos compulsoriamente. No campo, a construção de Belo Monte também forçou a remoção de comunidades indígenas e camponesas situadas no perímetro do rio Xingu, que foi transformado em reservatório. Os grupos sociais expulsos de seus territórios formaram o Conselho Ribeirinho dos Atingidos por Belo Monte. Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo analisar algumas ações do Conselho Ribeirinho entre os anos de 2016 e 2019. Tais ações envolvem o reconhecimento sociais dos atingidos pela hidrelétrica, priorizando, inicialmente, as famílias que residiam permanentemente na região do beiradão e que não foram reconhecidas pela empresa Norte Energia (NESA) e, depois, a proposta de criação de território ribeirinho para reassentar os grupos sociais expulsos pelo empreendimento. Os resultados apontam que a atuação do Conselho foi de grande importância para o reconhecimento de ribeirinhos excluídos pela empresa, ainda que a luta pelo território ribeirinho ainda se arraste, muito devido a morosidade de empresa.

Palavras-chaves: Conselho Ribeirinho 1; Território Ribeirinho; Hidrelétrica Belo Monte;

¹ Artigo apresentado ao Curso de Geografia como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. José Antônio Magalhães Marinho

Actions of the Riverside Council in the area affected by the Belo Monte hydroelectric dam (2016-2019): from social recognition to the proposal to create riverside territories

ABSTRACT

The construction of large projects, such as the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (HPP), has an impact on both the local population and the ecosystems affected. The implementation of this hydroelectric plant has caused profound changes in cities like Altamira, where several neighbourhoods have been classified as risk areas and their residents have been compulsorily removed. In the countryside, the construction of Belo Monte also forced the removal of indigenous and peasant communities located on the perimeter of the Xingu River, which was transformed into a reservoir. The social groups expelled from their territories formed the Ribeirinho Council of Those Affected by Belo Monte. This work, through bibliographical and documentary research, aims to analyse some of the actions of the Ribeirinho Council between 2016 and 2019. These actions involve the social recognition of those affected by the hydroelectric dam, initially prioritising the families who lived permanently in the beiradão region and who were not recognised by Norte Energia (NESA), and then the proposal to create a riverside territory to resettle the social groups expelled by the project. The results show that the Council's work was of great importance in recognising the river dwellers excluded by the company, although the fight for the river territory is still dragging on, largely due to the company's slowness.

Keywords: Ribeirinho Council 1; Ribeirinho Territory; Belo Monte Hydroelectric Plant;

Actuaciones del Consejo Ribereño en la zona afectada por la presa hidroeléctrica de Belo Monte (2016-2019): del reconocimiento social a la propuesta de creación de territorios ribereños

Resumen

La construcción de grandes proyectos, como la Central Hidroeléctrica (CH) de Belo Monte, repercute tanto en la población local como en los ecosistemas afectados. La implantación de esta central hidroeléctrica ha provocado profundos cambios en ciudades como Altamira, donde varios barrios han sido clasificados como zonas de riesgo y sus habitantes han sido desalojados obligatoriamente. En el campo, la construcción de Belo Monte también forzó el desalojo de comunidades indígenas y campesinas ubicadas en el perímetro del río Xingu, transformado en embalse. Los grupos sociales expulsados de sus territorios formaron el Consejo de Afectados por Belo Monte de Ribeirinho. Este trabajo, a través de la investigación bibliográfica y documental, tiene como objetivo analizar algunas de las acciones del Consejo Ribeirinho entre 2016 y 2019. Estas acciones involucran el reconocimiento social de los afectados por la hidroeléctrica, priorizando inicialmente a las familias que vivían permanentemente en la región del beiradão y que no fueron reconocidas por Norte Energia (NESA), y luego la propuesta de creación de un territorio ribereño para reasentar a los grupos sociales expulsados por el proyecto. Los resultados muestran que el trabajo del Consejo fue de gran importancia para el reconocimiento de los ribereños excluidos por la empresa, aunque la lucha por el territorio ribereño aún se prolonga, en gran parte debido a la lentitud de la empresa.

Palabras clave: Consejo de Ribeirinho 1; Territorio de Ribeirinho; Hidroeléctrica de Belo Monte;

Introdução

A construção de um grande empreendimento sempre causa impactos e/ou transtorno de uma forma ou outra, pelo realojamento de uma população do seu local de origem a outro, como também a mudança de todo um ecossistema, fazendo assim com

que aconteça toda uma modificação do espaço. Com a implantação da UHE Belo Monte não foi diferente, além da destruição de todo um ecossistema, com a mudança brusca do curso do rio, houve outra problemática a qual até hoje é muito debatida, a retirada da população ribeirinha e indígena das margens do rio no local de inundação.

Assim, como afirmam Da Silva, Saraiva e Marinho (2023, p.133), “Os megaprojetos de infraestrutura construídos na Amazônia brasileira têm provocado mudanças na territorialização e no modo de vida de grupos sociais diversos”. Conforme esses autores, “quando se trata de grandes hidrelétricas, os impactos nas cidades e no campo são multidimensionais e colocam em risco a sobrevivência de grupos camponeses e povos originários que dependem dos rios para sua reprodução social”.

A construção da UHE Belo Monte na Volta Grande do rio Xingu (Figura 1), produziu impacto significativo nas comunidades ribeirinhas de Vitória do Xingu, Altamira e áreas adjacentes, incluindo nove (9) municípios que foram atingidos de diferentes maneiras pelo grande empreendimento. Um dos principais impactos foi o deslocamento forçado de grupos sociais que tiveram de deixar suas terras e casas, resultando em perdas de saberes, desestruturação social e afastamento dos recursos naturais necessários à reprodução material.

Figura 1 – Localização da hidrelétrica Belo Monte no médio rio Xingu - PA



Fonte: Freire, Lima, Silva, 2018

Com isso, “em reação a tais implicações tem surgido nas áreas atingidas por grandes hidrelétricas, movimentos/organizações sociais que atuam politicamente com os grupos atingidos, buscando promover a defesa e/ou a reconquista de frações de território” (Da silva, Saraiva, Marinho, 2023, p. 133), e a mobilização direitos sonogados pelos agentes capitalistas responsáveis pela instalação e operação desses grandes projetos.

Na área atingida pela UHE Belo Monte, um dos movimentos sociais mais atuantes que surgiu foi o Conselho Ribeirinho. O conselho foi criado pelos próprios ribeirinhos que, quando enfim assumem a prerrogativa – que lhes é legítima – de construir o seu próprio critério de identificação, prosseguem preenchendo parte do vazio que os mantinha neste licenciamento. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

O objetivo do presente trabalho é verificar em que medida a atuação do Conselho Ribeirinho contribuiu para redirecionar o processo de deslocamento compulsório de camponeses e indígenas atingidos pela Usina Hidrelétrica Belo Monte no médio rio Xingu, entre os anos de 2016 e 2019. Discute-se de forma mais específica a revisão do reconhecimento dos atingidos e a proposta de criação de territórios ribeirinhos no entorno do reservatório principal da hidrelétrica.

O estudo segue uma abordagem qualitativa na qual o principal tipo de pesquisa desenvolvido foi a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica, foram privilegiados autores que tematizam os movimentos sociais na geográfica, como Oliveira (2007), Pedon (2009) e Fernandes (2005), bem como trabalhos que tematizam os movimentos sociais na área atingida pela UHE hidrelétrica Belo Monte (De Francesco, 2018; 2020, Marinho, 2019; 2023; 2023) no médio rio Xingu, buscando base teórica para o estudo e informações sobre o contexto espaço-temporal em que se situa o tema estudado.

No levantamento de material documental, foram privilegiados documentos como atas de reuniões, ofícios e relatórios. Tais documentos foram de extrema importância para o trabalho, pois neles constam variadas informações sobre a criação e as ações organizadas pelo Conselho Ribeirinho em sua luta no processo de licenciamento da UHE Belo Monte.

O artigo está dividido em cinco partes, a primeira parte é a introdução, onde apresenta-se o tema e os objetivos do trabalho; a segunda parte mostra como começou as articulações para a formação do conselho ribeirinho; a terceira parte focaliza o reconhecimento de cada famílias ribeirinhas que haviam sido excluídas pela empresa

Norte Energia (NESA); a quarta parte apresenta a proposta de criação de território ribeirinho e, por fim, a quinta parte são as considerações finais sobre o tema tratado.

Mobilizações, articulações e formação do Conselho Ribeirinhos

Com a implantação do empreendimento UHE Belo Monte ocorreram muitas mudanças nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo. Na cidade de Altamira, por exemplo, alguns bairros tiveram que ser considerados áreas de risco. Isso fez com que os grupos sociais que moravam nessas áreas fossem remanejadas para outros bairros que foram planejados para realocar as famílias, tirando delas toda uma vida, que inclui convivência, território, lugar, cultura.

Entretanto, isso inclui também as comunidades indígenas e camponesas que até hoje lutam para conseguir voltar ao beiradão do Xingu, pois tiveram que sair por conta da inundação. Trata-se de uma luta não só por terra, mas pelo modo de vida ribeirinho desestruturado pelo domínio do hidronegócio estabelecido com a construção de Belo Monte.

Em um relatório de uma inspeção interinstitucional organizada pelo MPF em 2015, para averiguar o processo de remoção de ribeirinhos em decorrência da construção da hidrelétrica de Belo Monte, constatou-se que:

“Sem a opção de remoção para assentamentos em áreas próximas do rio os ribeirinhos acabam sendo coagidos a aceitar indenizações insuficientes para a aquisição de local que permita a recomposição de suas condições de vida, rompendo, ainda, com um padrão cultural de ocupação do território, que tem como característica essencial a dupla moradia: uma casa nas ilhas, para a pesca e a agricultura, e outra na cidade, para a venda da produção e para acesso à saúde e à educação.

Em outras situações, algumas famílias receberam o valor ou apenas uma parcela da indenização, e outras famílias até hoje não receberam nada que foi prometido pela empresa, as quais ainda atualmente lutam para receber o valor ou até mesmo terras onde possam reconstruir seus modos de vida.

Para o Conselho Ribeirinho (2016), ocorreu a negação de informação sobre esse processo aos ribeirinhos, havendo diferentes contradições nas ações da Norte Energia que, inclusive, deslocou pessoas que não tiveram suas áreas alagadas.

Sobre esse ponto, ao descrever o processo de remoção/deslocamento forçado, De Francesco (2020, p. 110) afirma que “a maioria das famílias com quem trabalhei perdeu ambas as casas, na rua e no beiradão, ou seja, foram atingidos duas vezes pela

construção da barragem. As famílias foram retiradas de suas casas entre os anos de 2014 e 2015”.

Assim, apesar de a empresa NESA divulgar que vem promovendo desenvolvimento e transformação social nos municípios atingidos pela hidrelétrica, com vultosos investimentos em saúde, educação, saneamento e habitação, contraditoriamente, centenas de famílias ribeirinhas que perderam suas terras/territórios no médio rio Xingu, passaram a se mobilizar para retornar ao beiradão do Xingu, fugindo da miséria urbana na cidade de Altamira (Marinho, 2023).

Por outro lado, o remanejado forçado as famílias dos seus lugares de origem para outro fez com que houvesse uma mudança em todo o cotidiano, a perda cultural dessas famílias. Muitas foram separadas e retiradas do seu local para viver em outro espaço com uma realidade totalmente diferente das comunidades onde se reproduziam e conheciam o ambiente do qual obtinham o sustento.

Segundo o Conselho Ribeirinho (2016), não houve estudos prévios sobre o modo de vida das populações ribeirinhas do Xingu e o licenciamento ambiental da UHE Belo Monte não contemplou referências adequadas para o reassentamento dessas famílias, com condições de manutenção do modo de vida ribeirinho no ambiente hoje modificado do Rio Xingu.

Segundo o Conselho Ribeirinho (2023, p 8);

O retorno para os beiradões do rio Xingu é um direito conquistado pelas famílias ribeirinhas deslocadas para a instalação da UHE Belo Monte, assegurado pela condicionante 2.6, alínea “a” de Licença de Operação (LO nº 1.317/2015). Trata-se de um precedente importante de reconhecimento dos direitos de povos tradicionais impactados por grandes obras e projetos de infraestrutura. Se executado conforme acordado no Projeto Básico Ribeirinho, o reassentamento das famílias ribeirinhas no entorno do reservatório da UHE Belo Monte tem potencial de reparar os danos sofridos pelas famílias deslocadas, bem como torna-se um exemplo de boa prática e de respeito aos direitos das comunidades locais atingidas por projetos de infraestrutura.

Segundo o Conselho Ribeirinho (2016, p 8);

Esta forma de ocupação do território, que resultou na conservação de áreas florestais em uma região de intensa expansão da fronteira agrícola e consequente degradação ambiental, não se deve a uma adesão ideológica dos ribeirinhos ao conservacionismo, tampouco a uma cosmologia de equilíbrio da natureza, atribuída a alguns povos indígenas, mas parece resultar “do desejo de manter um estoque de recursos”, pois são estes recursos que garantem sua subsistência e qualidade de vida.

O processo de formação do conselho inclui reuniões comunitárias, consultas públicas e a participação de representantes das comunidades ribeirinhas, movimentos

sociais e Organizações Não-Governamentais. Essas interações foram realizadas para discutir e identificar desafios enfrentados e encontrar soluções em conjunto. Até porque, “o processo de deslocamento compulsório promovido pela concessionária Norte Energia ocorreu sem participação e consulta por parte dos ribeirinhos atingidos” (Conselho Ribeirinho, 2016, p. 1).

Além do mais,

O modo como a concessionária Norte Energia realizou o deslocamento compulsório das famílias ribeirinhas que viviam na área impactada pela formação do lago do reservatório da UHE Belo Monte, negando-lhes reconhecimento e direitos, acarretou a expulsão de grupos tradicionais de seus territórios e a perda de seus meios de vida. (Conselho Ribeirinho, 2016, p. 1)

Neste contexto, o conselho ribeirinho foi formado por 28 representantes, em 2016. Tais membros representavam as localidades (Costa Junior, Bacabal, Bom Jardim, Meranda, Poção, Barriguda, Babaquara, Sossego/Padeiro, Paratizão, Paratizinho Palhal, Cotovelo, Trindade e Arroz Cru) que existiam onde hoje se encontra o reservatório principal da UHE Belo Monte, os principais objetivos do Conselho são:

- 1- Promover o reconhecimento social dos ribeirinhos moradores da área o reservatório interferidos pela usina;
- 2- Garantir a participação e autodeterminação nos processos de reparação e reassentamento dos ribeirinhos moradores da área do reservatório interferidos pela usina;
- 3- Orientar o retorno dos ribeirinhos para as margens do rio Xingu e fortalecer sua permanência a longo prazo.

A criação do conselho ribeirinho se fazia necessária para dar voz às comunidades e para assegurar que suas preocupações fossem consideradas nas tomadas de decisões e na redução dos problemas causados pela construção da usina. Trata-se de um precedente importante de reconhecimento dos direitos de povos tradicionais impactados por grandes obras e projetos de infraestrutura. (Conselho Ribeirinho, 2023)

Em uma das reuniões do Conselho Ribeirinho, a representante do Ministério Público Federal explicou que esse tem uma série de papéis, mas que o primeiro vai ser apresentar essa história, que pode ser feita mediante relatos. E destacou que esse papel do conselho é algo que só os ribeirinhos podem fazer, que é descrever o que é ser ribeirinho (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

“A formação do Conselho Ribeirinho é, assim, um acontecimento político de grande relevância para reconstrução psíquica e enfrentamento subjetivo do sofrimento causado pela mudança do modo de vida desta população. Seu

processo convida os participantes a enunciar traços de sua identidade, trabalho de reconhecimento e elaboração ocorrido” (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p.109).

Tendo em vista as motivações territoriais que levaram a sua criação, bem como as lutas que estabeleceu a partir de sua formação, entende-se que o Conselho Ribeirinho deve ser compreendido como um Movimento Socioterritorial, visto que foi criado e sua ação desenvolvem-se em torno da luta pelo território que tomados das comunidades ribeirinhas.

Para Fernandes (2005, p. 31),

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

Importante destacar que:

“Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. (Fernandes, 2005, p. 27)”

De maneira que, como assinala Fernandes (2005, p. 30),

... alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

Assim, para Fernandes (2005), a criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Revisão do reconhecimento dos atingidos: o reconhecimento social

Diante das falhas observadas na identificação dos atingidos realizada pela empresa NESAs, a primeira ação empreendida pelo Conselho Ribeirinho foi o reconhecimento social das famílias ribeirinhas que realmente não só moravam em

comunidades, mas tinham um modo de vida ribeirinho. O Conselho estabeleceu como prioridade em um primeiro momento, identificar as famílias que tinham moradia permanente no beiradão e que não foram incluídas no processo de realocação da Norte Energia, por considerá-las as mais prejudicadas pelo processo de deslocamento forçado (Conselho Ribeirinho, 2016).

Segundo o Conselho Ribeirinho (2016, p. 7)

Nas primeiras reuniões dois caminhos para realizar o reconhecimento social foram discutidos, um de caráter relacional – as pessoas identificam aqueles com quem viviam, os vizinhos e parentes; outro, de caráter mais essencialista, diz respeito a identificação de uma identidade coletiva. Os dois caminhos têm problemas, no primeiro o simples mapeamento daqueles que viviam na região em determinado momento pode ocultar as diferentes relações com o território que coexistiam às margens do Xingu.

Para evitar a simples adoção de um tipo ideal, os membros do conselho se reuniram para definir o que é “ser ribeirinho” e como proceder no processo de reconhecimento social.

“Ficou definido que os ribeirinhos fariam a identificação por setores em reunião que contariam com a presença de moradores antigos e dos conselheiros que representam cada localidade da área que hoje é o reservatório da UHE Belo Monte. Porém, antes, fazia-se necessário uma discussão ampliada para estabelecer critérios compartilhados por todos, que deveriam ser utilizados posteriormente como parâmetro” (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p.14).

A partir do debate sobre o que é ser um ribeirinho, os conselheiros puderam se organizar, chegando a alguns parâmetros que serviram de referência no processo de reconhecimento (Quadro 1).

Quadro 1: Parâmetros para o reconhecimento social dos ribeirinhos atingidos pela Hidrelétrica Belo Monte

Ribeirinho vive da mata e do rio

Esta dependência dos recursos do meio propiciou o desenvolvimento de formas de uso e de ocupação do território que não degradava, ao contrário, os lugares habitados pelos ribeirinhos permanecem preservados.

Ribeirinho não ganha dinheiro e não tem empregado

A organização social dos ribeirinhos está ancorada nos grupos domésticos, nas relações de reciprocidade, cooperação econômica e comensalidade. A divisão do trabalho é do trabalho tipo familiar, ou seja, a família e a unidade de produção e o trabalho não é mercadoria. Este sistema social é descrito como campesinato amazônico pois, em

linhas bastante gerais, o grupo doméstico detém a posse ou propriedade dos meios de produção e trabalha conjuntamente

Ribeirinho tem história

Os ribeirinhos de Altamira têm uma origem histórica que remota as frentes de migração ligadas à exploração da borracha em fins do século XIX e início do século XX. Com grande frequência estas famílias têm origens “no alto”, alto curso dos rios Xingu Iriri ou Riozinho do Anfrísio, onde localizavam-se os principais seringais da região, e se aproximaram da cidade de Altamira a medida em que a indústria da borracha arrefecia.

Ribeirinho tem um conhecimento, um aprendizado

Foram elencadas uma série de habilidades que dizem respeito a um conjunto de conhecimentos indispensáveis para viver no beiradão. São conhecimentos, não só transmitidos de geração em geração, mas incorporado e transformados no processo de habitação o mundo, na satisfação de necessidades cotidianas. Este conhecimento está ligado a um lugar, na medida em que os saberes e as técnicas são adaptados a um ambiente específico.

Fonte: Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017

Importante frisar que no processo de desterritorialização ocorrido com a instalação da UHE Belo Monte, os ribeirinhos do Xingu tiveram que aprender a falar de si e, para isso, a pensar sobre si, e a dizer quem são, pois precisaram apresentar a sua tradição e suas demandas, visando à conquista de direitos que lhes foram negados pelo Estado e pela empresa concessionária. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

No processo de reconhecimento, os ribeirinhos tiveram de contar suas histórias no beiradão do Xingu, tal como explica seu o Conselheiro Aranô:

“Antes de contar sobre a chegada da família da Dona Batata ao Paratizão, em 1972, já anuncia: *nós moremos toda a nossa vida nesse rio!* E é sempre assim que começam as falas de identificação: *Nasceu e se criou no beiradão...* É o Sr. Aristides que *morou mais de 40 anos no Palhal.* ou da família da Dona Francisquinha, que *desde criança, nasceram e se criaram na ilha.* Ou o Conselheiro Gilmar que tem 33 anos e conta que nasceu e se criou dentro daquela região, e enche o peito para dizer: *não preciso de luz a noite para te levar lá. Conheço aquilo na minha cabeça.* (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p. 14).

Ainda conforme no Relatório de Reconhecimento Social elaborado pelo Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, formado por representantes de várias instituições

(Movimento Xingu Vivo; Instituto SócioAmbiental – ISA, professores-pesquisadores, Ministério Público) afirma-se que:

Para contar história, é preciso ter história, isto é, viver no beiradão, conhecer os lugares para estabelecer moradia, saber fazer a moradia, a roça e as ferramentas para operá-la, bem como os lugares de pesca e de extrativismo, quando se fizer necessário. Tem de saber andar de canoa, elemento básico para viver na beira do rio. Mas, acima de tudo, tem de respeitar a natureza, que é princípio moral e prático para o ribeirinho. A natureza tem de ser utilizada na medida da conservação para esta e as futuras gerações. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p. 14).

Mas, o reconhecimento dos atingidos realizado pela NESA não considerava essa história dos ribeirinhos no beiradão. Por exemplo, apenas um membro familiar de cada família era cadastrado como ribeirinho pela empresa, o que ocasionou sérios problemas. Considerando que diversos ribeirinhos relataram que o cadastro foi realizado apenas no nome de uma pessoa do núcleo familiar, e que frequentemente núcleos familiares diferentes foram agrupados em um único cadastro de forma equivocada, o que levou à alta frequência de famílias extensas, compostas por mais de uma unidade familiar, incluídas em apenas um cadastro, geralmente no nome dos pais ou mesmo em nome de outros parentes ou vizinhos, resultando na exclusão de diversos núcleos familiares. Era preciso refazer este cadastro contendo todos os membros familiares.

Diante dessa situação é que os ribeirinhos formaram o Conselho, constituído por representantes de diferentes setores/comunidades que se localizavam na área de impacto do lago da UHE Belo Monte. Os debates em torno de como os ribeirinhos viviam no rio se deu paulatinamente, a cada reunião, com tensões, conflitos, mas que permitiu construir critérios flexíveis e plurais, como toda e qualquer construção identitária, assentados sobre as relações sociais e culturais que mantinham no beiradão (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

Assim, entre os dias 13 de janeiro e 4 de fevereiro de 2017 o Conselho Ribeirinho organizou uma sequência de reuniões (Figura 2) com o objetivo de sistematizar o reconhecimento social das famílias ribeirinhas que viviam nas margens do rio Xingu antes da remoção forçada promovida pela Norte Energia. O Conselho Ribeirinho como estabeleceu prioridade a identificação das famílias que tinham moradias permanentes no beiradão e que não tinham sido incluídas no processo de realocação da Norte Energia (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017), ou seja, as famílias que não haviam sido consideradas como atingidas e, portanto, não tinham direito algum de lutar por indenização ou pelo retorno aos beiradão.

No dia 20 de janeiro de 2017, no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, ocorreu a primeira reunião de reconhecimento social organizada pelo Conselho Ribeirinho do Reservatório da UHE Belo Monte, com o importante auxílio do Movimento Xingu Vivo e do ISA. “O objetivo da reunião era identificar as famílias tradicionais do beiradão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação com rio Xingu tenha sido impedida pelo processo de remoção compulsória para enchimento do reservatório da UHE Belo Monte” (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p.34). A metodologia envolvia a coleta de dados e relatos dos ribeirinhos mais veteranos de cada comunidade/localidade que faziam parte do conselho.

Figura 2: Reunião do Conselho Ribeirinho para reconhecimento dos ribeirinhos



Fonte: Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017

No dia 23 de janeiro de 2017, também no auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, ocorreu a segunda reunião de reconhecimento social organizada pelo Conselho Ribeirinho e seus parceiros. Nesta reunião, buscou-se identificar as famílias tradicionais do beiradão e os ribeirinhos cuja continuidade do modo de vida e da relação

com o rio Xingu havia sido impedida pela instalação da hidrelétrica. A reunião seguiu a metodologia definida anteriormente, de divisão dos trabalhos por setores, sendo essa data reservada para a região do Paratizão e Arroz Cru (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

No dia 24 de janeiro de 2017, no mesmo auditório da Universidade Federal do Pará em Altamira, ocorreu a terceira reunião de reconhecimento social. Nesta reunião, seguindo a metodologia definida anteriormente, foi realizado o reconhecimento dos ribeirinhos que moravam nas localidades/comunidades Costa Junior, Babaquara e Bom Jardim. No dia 30 de janeiro de 2017, no mesmo local, foi realizada a quarta reunião de reconhecimento social pelo Conselho Ribeirinho. Desta feita, seguindo a mesma metodologia, o reconhecimento estendeu-se para os ribeirinhos que moravam nas seguintes localidades/comunidades: Pedrão e Pedão, Meranda, Bacabal (segunda validação), Barriguda, Ilha Acioly, Padeiro, Sossego, Arapujá Curica e Bom Jardim. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017)

No dia 02 de fevereiro de 2017, também na Universidade Federal do Pará, em Altamira, foi realizada a quinta reunião setorial para tratar das localidades/comunidades do Bom Jardim (continuação), Porção, Bacabal e Trindade, visando a definir os nomes das famílias para o reconhecimento dos ribeirinhos. Uma parte dessa reunião foi para validação de reconhecimento já realizado, mas que tinha discordância. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

Conforme consta no Relatório de Reconhecimento Social,

Nessa reunião compareceu morador de área destinada à realocação de ribeirinho, que manifestou sua insatisfação com o processo, uma vez que ele se autorreconhecia como ribeirinho. Houve interferência do Ministério Público Federal, que explicou que o processo de retorno ao reservatório não é para aquisição de área, mas para permitir a continuidade de um modo de vida ribeirinho, e que isso é apenas possível porque esse modo de vida é sustentável e o ribeirinho preserva a natureza. A intervenção do Ministério Público da União foi respaldada na fala dos ribeirinhos que não reconheciam aquela pessoa (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017, p. 86).

Tais discordâncias indicam que o processo de reconhecimento social não se deu sem divergências, até porque envolvia indígenas e camponeses num quadro em que as condições de vida estavam cada vez mais precárias.

Em junho de 2017, o Conselho Ribeirinho encaminhou ao IBAMA uma primeira lista com 236 famílias reconhecidas. Ao receber essa lista a NESAs questionou o papel do Conselho no licenciamento e buscou relativizar o resultado do processo de reconhecimento social (Marinho, 2019).

A proposta de criação de territórios ribeirinhos

Segundo Marinho (2023), até meados de 2015, não existia previsão da NESA para criação de nenhum tipo de reassentamento humano no reservatório principal da UHE Belo Monte. No Plano Básico Ambiental (PBA) da hidrelétrica, a empresa falava em recomposição do modo de vida dos grupos sociais atingidos, mas contraditoriamente não implementava ações efetivas, visando à reprodução social de indígenas e camponeses ribeirinhos desapropriados ou desaposados das comunidades situadas na área onde se formaria o principal reservatório da hidrelétrica.

Nesse contexto, uma parte das famílias ribeirinhas recebeu pequenos valores de indenização e outra parte obteve moradias em Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) na cidade de Altamira, ou pequenos lotes de em Reassentamentos Rurais as margens de estradas em Vitória do Xingu, de modo que as famílias ribeirinhas perderam seus laços de vizinhança e distanciaram do rio através de mudanças tão repentinas.

Para os ribeirinhos não houve um planejamento adequado do processo de deslocamento e reassentamento, de maneira que lhes garantisse condições mínimas para a continuidade de seu modo de vida. Ao contrário, prevaleceram indenizações monetárias insuficientes e reassentamentos urbanos que desconsideravam, em seu planejamento, a relação que tais grupos sociais tinham com o rio. Com isso, ocorrendo a dispersão geográfica dos atingidos a ruptura de seus arranjos econômicos. (Instituto Socioambiental, 2018)

Assim, como afirma Marinho (2023),

Desse modo, a reconquista de frações do território perdidas na implantação da UHE Belo Monte impunha-se como objetivo central na luta de indígenas e camponeses ribeirinhos. Mesmo depois de a NESA ter sido forçada a reassentar parte desses grupos em ilhas e APPs, a luta por um pedaço de chão às proximidades de onde se reproduziam historicamente, continuava no cerne das articulações entre os grupos ribeirinhos e seus mediadores parceiros, visto que as áreas disponibilizadas pela empresa eram insuficientes (extensão limitada para uso) e, muitas vezes, impróprias (solo pedregoso) para a reconstrução do modo de vida e da sociabilidade destroçados com a chegada da hidrelétrica.

Ainda conforme esse autor,

Com a formação do Conselho Ribeirinho no final de 2016, essa luta assume outro patamar. Diferentemente das ações individuais, tem-se agora um sujeito coletivo, congregando horizontalmente os representantes das diversas localidades/comunidades atingidas pela hidrelétrica, cuja legitimidade, apesar de questionada pela empresa, torna-se amplamente reconhecida na arena do licenciamento da UHE Belo Monte, pelo MPF, DPU, SPU e pelo IBAMA. (Marinho, 2023, p. 188).

Devido à mobilização dos atingidos e a ação do MPF, o IBAMA inscreveu na Licença de Operação da Belo Monte uma condicionante que obrigava a empresa concessionária a reavaliar sua atuação junto aos grupos ribeirinhos. A premissa básica desta condicionante é a garantia de recomposição e reprodução do modo de vida ribeirinho através, principalmente, da garantia aos direitos territoriais e à moradia adequada. Para as comunidades ribeirinhas, a recomposição do modo de vida está atrelada ao direito de retorno para as margens do rio Xingu, condição para a continuidade do seu direito à existência enquanto grupo social (Conselho Ribeirinho, 2023).

“A urgência para a retomada da vida no beiradão levou a criação colaborativa de uma metodologia de cartografia social, que combinava o conhecimento empírico dos beiradeiros, o conhecimento científico, o uso do georreferenciamento e de imagens de satélite. O mapa representava os elementos que eram relevantes para orientar a localização das famílias no território, bem como a futura construção dos planos e regras de uso. O mapa com ilustrações, tanto na legenda como nos ícones possibilitou que fosse amplamente lido e debatido, tornando-se uma ferramenta para a discussão e planejamento das famílias ribeirinhas” (Instituto Socioambiental, 2018).

Um representante da Defensoria Pública da União (DPU) explicou que existem alguns pontos da vida ribeirinha que geram dificuldades, sendo um deles o reconhecimento da moradia. Ao que parece, a Norte Energia retirava esse critério das condições da moradia. E com isso criou o critério de exclusão. O tipo de edificação teria sido um critério de inclusão e de exclusão. (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017). Na realidade, a empresa não considerou a dupla moradia dos ribeirinhos (casa na cidade e no beiradão), ou seja, não considerou a história desses grupos sociais no Xingu.

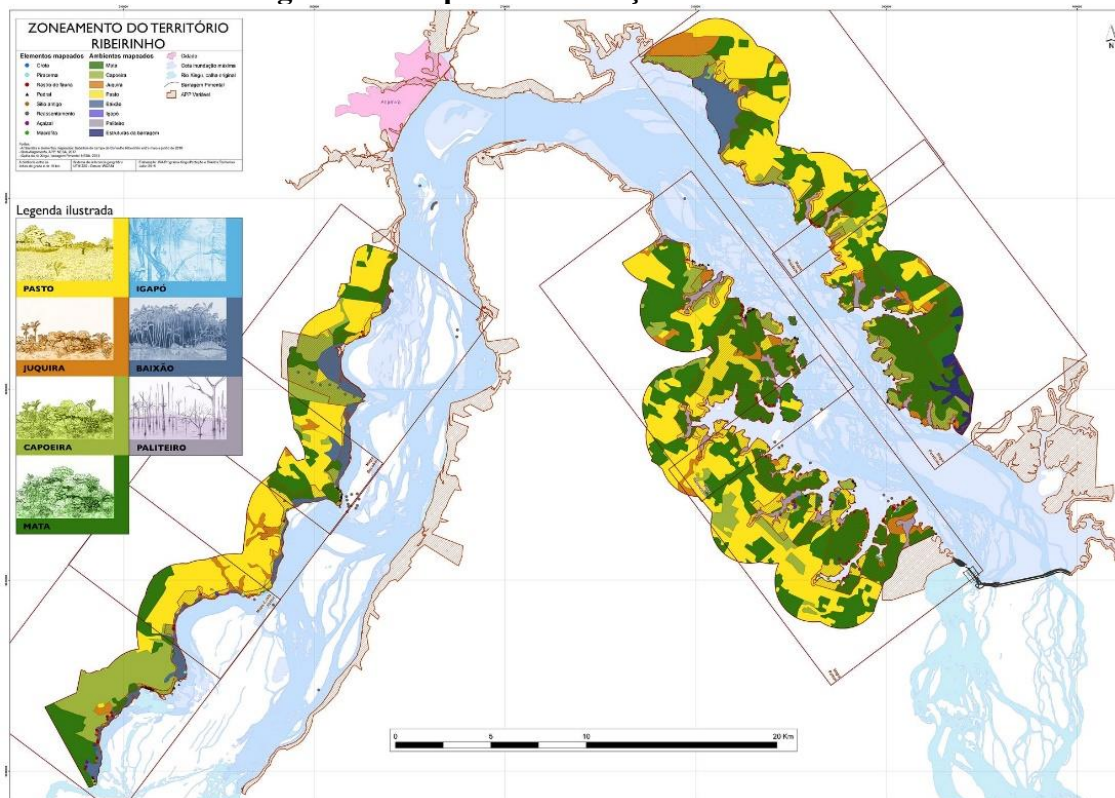
Para manter essa história e manter a identidade ribeirinha era preciso reterritorializar espaço esvaziado pela empresa para formação do reservatório do Xingu. A opção era retomar as áreas que foram completamente transformadas, mas que os ribeirinhos ainda acreditam ser parte de si e necessárias para se recompor seu modo de vida como sujeitos coletivos de direitos (Grupo de Acompanhamento Interinstitucional, 2017).

Nesse contexto, é que surge a proposta de criação dos territórios ribeirinhos pensada pelo Conselho e pelos seus parceiros. Tal proposta teria sido indicada pela Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), que ao fazer um estudo sobre as condições dos ribeirinhos atingidos por Belo Monte, teria apontado como possibilidade de recomposição do modo de vida desses grupos, a criação de três territórios no entorno do reservatório de Belo Monte no Xingu.

No ano de 2018, em uma reunião em Brasília, da qual participaram além do Conselho Ribeirinho, o IBAMA, MPF, Norte Energia, entre outros participante, debateu-se a criação do território ribeirinho, sendo um à margem esquerda do rio Xingu e a montante da cidade de Altamira, e dois territórios entre a cidade e o principal barramento da hidrelétrica na Volta Grande Xingu, um a margem direita e outra a margem esquerda do rio, como mostra o mapa a seguir dos territórios em questão (Figura 2).

Na figura 2, os tipos de cobertura vegetal em cada território ribeirinho indicam que a cobertura vegetal que predominam no território são mata ciliar e pastagens, tendo em vista que na região predomina a pecuária extensiva em grandes fazendas que se estendem em extensas áreas no beiradão. Entretanto há também as antigas propriedades/posses dos antigos moradores ribeirinhos que ainda conservam campos de mata nativa.

Figura 3 – Mapa de localização do território ribeirinho



A mobilização dos conselheiros pela possibilidade de conquista dos territórios ribeirinhos, apesar das dificuldades materiais enfrentadas por indígenas e camponeses afastados de suas bases de sobrevivência, continuou em 2018 (Figura 3), com frequentes

reuniões com o MPF, o IBAMA e também com a empresa NESÁ. Esta, conforme marinho (2019), mostrando resistência à proposta de criação dos territórios ribeirinho defendida pelos grupos sociais atingidos e seus aliados.

Segundo De Francesco (2020, p. 229),

No dia 18 de outubro de 2019, a Norte Energia, após contratar a empresa de engenharia Worley Parsons para elaborar uma proposta executiva para implantação do território ribeirinho, apresentou uma contraproposta ao conselho ribeirinho. Esta contraproposta alterava o modelo de ocupação proposta pela SBPC e pelo Conselho Ribeirinho. A principal mudança era a transferência, para fora dos limites da APP, das áreas de uso direto das famílias. A alteração, segundo a empresa, permitia reduzir a dimensão destas áreas, tomando por base “aspectos agrônômicos, áreas utilizadas antes deslocadas e a forças de trabalhos disponíveis”. A contraproposta também considerava que o cálculo da área necessária, estando fora dos limites da APP.

Assim, para a criação dos territórios ribeirinhos impunha-se a necessidade da emissão de uma nova DUP (Declaração de Utilidade Pública) pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Sem isso, a aquisição de novas áreas torna-se praticamente inviável, principalmente em face da articulação de fazendeiros da região contra a desapropriação de terras no entorno do reservatório da hidrelétrica (Marinho, 2023). As articulações de grupos de latifundiários tornam-se, assim, mais um obstáculo a ser enfrentados pelos ribeirinhos no processo de luta pelo território.

Figura 4: Reunião do Conselho discutindo os mapas do Território Ribeirinho



Fonte: Ana De Francesco, Instituto Socioambiental, 2018

Assim,

Em face da morosidade da empresa, algumas famílias indígenas e camponesas que não tinham mais como sobreviver na cidade de Altamira, decidiram ainda em 2019, por conta própria, retornar ao beiradão do médio rio Xingu, para moradias improvisadas. Nessas moradias ficavam mais próximas às áreas de pesca, mas, por sua vez, sujeitas a assédios de empresas contratadas pela NESA (Norte Energia S/A) para fiscalizar o entorno do reservatório da UHE Belo Monte (Marinho, 2023, p 191).

Por outro lado, o compromisso da empresa em implementar o território independente da forma como será feita a transferência da posse, prioridade ou de qualquer outro direito real para a comunidade. Isso porque a empresa é responsável por adquirir as terras necessárias à composição do território, fazer a regularização fundiária das mesmas para que possam ser entregues as terras para as comunidades ribeirinhas livres e desembaraçadas de qualquer tipo de conflito (Conselho Ribeirinho, 2023, p. 26). A empresa tem por obrigação ajudar de forma correta essa população, sendo que ela foi a causadora de todo esse transtorno que essas famílias enfrentam até hoje, com o remanejamento forçado dessas famílias.

Considerações finais

Em consequência da instalação da hidrelétrica Belo Monte, indígenas e camponeses ribeirinhos se uniram para ter reconhecido seus direitos e terem suas terras de volta, pois não foram remanejados como a Norte Energia previa no licenciamento. Foram expulsos, arrancados de seus lugares de origem, de suas comunidades, perdendo não só terra, mas principalmente, suas relações sociais que lhes permitiam a reprodução social no beiradão do rio Xingu, ou seja, perderam seus territórios.

A criação do Conselho Ribeirinho foi de extrema importância na luta das famílias que ainda almejam o seu lugar/território de volta. O reconhecimento dessas famílias, com suas tradições passadas de geração a geração, foi de extrema importância para que lutassem por seus territórios. Tal reconhecimento feito pelo Conselho Ribeirinho, através de um processo de autorreconhecimento social, representou passo importante na luta pelos territórios ribeirinhos, luta que continua envolvendo agora não só a NESA, MPF e o IBAMA, mas também latifundiários que passaram a se articular no sentido de inviabilizar a conquista dos territórios pleiteados pelos ribeirinhos. Apesar das diferenças entre os próprios grupos sociais atingidos, as lutas continuaram a partir de 2019, mesmo

que a pandemia tenha contribuído para desmobilização em face da luta pela própria sobrevivência imediata.

Referências

CONSELHO RIBEIRINHO. Dossiê informativo sobre o “Território Ribeirinho”. Projeto de reassentamento das famílias ribeirinhas deslocadas pela UHE Belo Monte Condicionante 2.6, alínea “a”, Licença de Operação nº 1.317/2015. 2023

CONSELHO RIBEIRINHO. Documento de criação do conselho, dezembro de 2016.

DE FRANCESCO, Ana Alves. Terror e resistência no Xingu. São Paulo: ISA, 2022.

De Francesco, Ana. Em articulação inédita, ribeirinhos atingidos pela usina Belo Monte determinam os caminhos para retornarem ao seu território. 2018. <https://socioambiental.medium.com/em-articula%C3%A7%C3%A3o-in%C3%A9dita-ribeirinhos-atingidos-pela-usina-belo-monte-determinam-os-caminhos-para-3743b8440973> . Acesso em 13 de abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 24-34, 2012.

FREIRE, L. M; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Sociedade & Natureza**, vol. 30, núm. 3, pp. 18-41, 2018.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. Relatório do processo de reconhecimento social. Conselho ribeirinho do reservatório da UHE Belo Monte. Altamira, 2017.

MARINHO, J. A. M. **As lutas camponesas e o cercamento do médio rio Xingu (PA): a construção da hidrelétrica Belo Monte**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da FFLCH/USP. 2019.

MARINHO, José Antônio Magalhães. A formação de um Conselho Ribeirinho indígena-camponês e a luta pelo território na área da UHE Belo Monte (PA), Amazônia Oriental. **Geosul**, v. 38, n. 88, p. 171-196, 2023.09.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e os movimentos sociais. *Perspectiva Geográfica*, v. 3, n. 3, p. 7-28, 2007.

PEDON, NELSON RODRIGO. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: balanço e perspectivas. *Terra Livre*, v. 2, n. 33, 20

